

XXVII Concurso - Prova Específica

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E ELEITORAL

Data: 13/03/2005 Ponto sorteado: nº 09

DIREITO PENAL

1ª Questão: Direito Penal - Valor: 40 pontos

Estabeleça as distinções entre o desconhecimento da lei, o erro sobre a ilicitude do fato e as discriminantes putativas, indicando as respectivas conseqüências jurídico-penais.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Penal - Valor: 30 pontos

Durante inflamado discurso proferido na Câmara Municipal de Bom Jardim, ANTONIO, vereador naquele Município, afirma que o Prefeito JOÃO é "um otário porque todo mundo sabe que sua mulher anda pulando a cerca" e que "sua Excelência é um grileiro porque costuma

invadir a terra alheia ". O motivo do discurso foi exclusivamente disputa de caráter particular entre o Prefeito e o Vereador, acerca dos limites de suas respectivas propriedades rurais confrontantes. Tendo recebido representação de JOÃO contra ANTONIO pela prática de crime contra a honra, que providência deve ser tomada pelo Promotor de Justiça ?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

3ª Questão: Direito Penal - Valor: 30 pontos

RONALDO, praticante de naturismo, disponibilizou em seu sítio pessoal na Internet (fotoblog), fotografia digital em que ele e seus dois filhos, VERA, de 14 e CLAUDIO, de 12, anos aparecem completamente despidos, em nu frontal, na praia do Olho de Boi, em Búzios, onde a prática de nudismo é tolerada. A conduta de Ronaldo tem relevância penal ?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E ELEITORAL

Data: 13/03/2005 Ponto sorteado: nº 09

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª Questão: Direito Processual Penal - Valor: 60 pontos

Disserte sobre os pressupostos processuais no Direito Processual Penal.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Processual Penal - Valor: 40 pontos

Em relação à ação civil ex delicto, responda fundamentadamente:

- a) Cabe ao Promotor de Justiça propor ação civil ex delicto em favor da vítima pobre?

- b) O terceiro prejudicado pelo crime pode se utilizar do artigo 63 do Código de Processo Penal?

- c) E o responsável civil?

- d) A legítima defesa reconhecida no Tribunal do Júri, em plenário, enseja a reparação civil?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E ELEITORAL

Data: 13/03/2005 Ponto sorteado: nº 09

DIREITO ELEITORAL

1ª Questão: Direito Eleitoral - Valor: 100 pontos

A prática de captação ilícita de sufrágio prevista no artigo 41-A, da Lei 9.504/97 exige que os votos obtidos ilicitamente tenham o potencial de desequilibrar a disputa eleitoral? Justifique abordando todos os requisitos configuradores da prática apontada.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

Data: 20/03/2005 Ponto sorteado: nº 06

DIREITO CIVIL

1ª Questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

Disserte sobre o regime jurídico das cláusulas restritivas no Código Civil.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

Caso já esteja o casal separado judicialmente, é possível a demanda por qualquer deles de divórcio direto?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

Data: 20/03/2005 Ponto sorteado: nº 06

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão: Direito Processual Civil - Valor: 60 pontos

O Ministério Público foi informado, por um órgão de proteção ao meio ambiente, de que determinada montadora de automóveis colocou no mercado aproximadamente 500.000 veículos que possuíam um dispositivo responsável por gerar níveis de poluição acima do permitido por lei, todos vendidos entre o período de 01/01/2003 a 01/03/2004. Diante desse fato, o Ministério Público conduziu procedimento administrativo de investigação, através do qual verificou que realmente os automóveis emitiam mais poluentes do que o aceitável. Assim, contactou a fábrica, a fim de verificar a possibilidade de obter-se um acordo extrajudicial quanto ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente por tais veículos, através da assinatura de um termo de ajustamento de conduta, evitando com isso a propositura de Ação Civil Pública para tal fim.

Ocorre que, diante do caso concreto, inúmeras dificuldades foram encontradas, tanto para quantificar o dano causado, pois não havia como determinar exatamente quanta poluição fora gerada por aqueles veículos, bem como para fixar a forma de ressarcimento desses danos, posto que não havia nenhuma forma de acabar com a poluição já causada por aqueles automóveis, e dificilmente seria possível obstar a sua circulação.

Em virtude disso, o órgão do Ministério Público com atribuição decidiu tomar termo de ajustamento contendo obrigações alternativas para o ressarcimento dos danos ao meio ambiente. O fabricante dos veículos, através da assinatura do termo, comprometeu-se a montar um centro tecnológico, a fim de possibilitar a verificação da emissão de poluentes pelos veículos em geral na cidade e analisar a qualidade de ar. Ademais, aceitou a obrigação de adquirir uma área de terras de 8.000 hectares, localizada dentro de uma área de proteção ambiental, onde teria que montar a infra-estrutura necessária à criação de um Parque Nacional (guaritas, banheiros e sinalização).

Proceda a uma análise crítica sobre a hipótese, abordando especificamente os seguintes pontos:

a) a legitimidade do Ministério Público para celebrar tal Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);

b) a possibilidade do Ministério Público estabelecer no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) obrigação alternativa e não a reparação específica dos danos;

c) se as condições estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foram as mais adequadas ou se outras deveriam ter sido estabelecidas;

d) se os demais legitimados podem desconsiderar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e promover ação civil pública visando a efetiva reparação dos danos causados.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Processual Civil - Valor: 40 pontos

Defina e distinga tutela cautelar, tutela antecipatória e julgamento antecipado da lide.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

Data: 20/03/2005 Ponto sorteado: nº 06

DIREITO COMERCIAL

1ª Questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

Interrompida a incorporação de determinado imóvel pela falência do incorporador, manifesta o síndico o interesse em não prosseguir com o contrato, facultando aos titulares de promessas de venda o ajuizamento de ação indenizatória, cujo valor, se procedente o pedido, constituirá, segundo aquele, crédito quirografário. Em decorrência, promove a arrecadação do imóvel.

Cientes de tais atos praticados pelo síndico e desejosos, por maioria, em prosseguir na construção da edificação, os titulares de promessas de venda decidem consignar em pagamento à massa falida o que consideram saldo do preço da quota do imóvel objeto da incorporação, com a finalidade de obter o cumprimento do contrato e excluir o bem da falência. Formulam a pretensão ao Juízo Falimentar.

Opine o candidato a respeito, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

Bar e Restaurante Flor da Guanabara Ltda., por deliberação unânime dos sócios, resolveu adquirir 25% das suas próprias cotas, pertencentes a sócio que desejava dela se retirar, vez

que não interessava aos negócios sociais o ingresso de novo sócio. É admissível esta aquisição? Há necessidade de previsão no contrato social? Poderiam essas cotas concorrer à distribuição de lucros da sociedade e ter direito a voto nas deliberações sociais?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E DE
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 03/04/2005 Ponto sorteado: nº 01

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

Através de lei de política urbana um Município proibiu edificações em quadras de um loteamento, em razão dessas terras constantemente se verem alagadas com o transbordamento de um rio, sendo vedada à concessão de licenças de obras. O proprietário de um lote, sem obter a licença para edificar construiu em seu terreno uma habitação e quando a obra já se encontrava em acabamento nela passou a morar com a família. O Município embargou administrativamente obstando a finalização da construção, e a sua Procuradoria ingressou com ação visando obter autorização judicial para demolir a casa. O Juiz julgou extinto o processo entendendo faltar ao Município interesse, já que a demolição decorreria do poder de polícia da própria administração municipal.

Responda fundamentando justificadamente:

- a) Pode o município administrativamente impedir ao proprietário de construir?

- b) Quanto à demolição quem tem razão, o juiz ou o município?

2ª Questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

Servidor municipal comparece espontaneamente ao Gabinete do Promotor de Justiça para relatar atos de improbidade que estariam sendo praticados por Secretário Municipal. Requer, todavia, que seu depoimento seja sigiloso, por temer represálias do Secretário Municipal, seu superior hierárquico. Colhido o depoimento, o Promotor de Justiça instaura inquérito civil, e decreta o sigilo da investigação. No curso da investigação, o mencionado Secretário Municipal formula, perante o Ministério Público, requerimento no sentido de que lhe seja fornecida certidão, informando se existe inquérito civil no qual o mesmo figure como investigado, e no sentido de que lhe seja concedida vista dos autos do inquérito eventualmente existente.

Responda:

- a) O requerimento do denunciante, quanto ao sigilo de seu depoimento, mereceria ser acolhido?

- b) Os requerimentos do Secretário Municipal merecem ser atendidos?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E DE
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 03/04/2005 Ponto sorteado: nº 01

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

O governo federal pretende dar em concessão determinado serviço público sob o regime da parceria público-privada. É essencial a tal contrato a participação do usuário através do pagamento de tarifa? Justifique.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

Município contrata empreiteiro para edificar um prédio de dois andares para instalar órgão municipal. No curso do contrato, o empreiteiro causa danos à propriedade vizinha. O Município tem o dever de indenizar o proprietário? Fundamente a resposta.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E DE
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 03/04/2005 Ponto sorteado: nº 01

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão: Direito Tributário - Valor: 50 pontos

Defina o candidato os conceitos de evasão, elisão, sonegação e fraude fiscal, apontando seus elementos característicos. E, ainda:

- a) Considerando o conceito de referidas figuras jurídicas, classifique as mesmas de acordo com a sua precedência ou não em relação ao fato gerador da obrigação tributária.

- b) Considerando o conceito de "elisão fiscal" discorra sobre a licitude e limites do denominado "planejamento tributário", praticado por empresas para redução da sua carga tributária.

- c) João pretende doar um bem imóvel a Maria, porém, tendo em vista a carga tributária incidente sobre a doação, pratica o ato sob a forma de compra e venda. Para o candidato, em qual figura jurídica se enquadra a situação acima descrita? Neste caso, pode o Fisco desconsiderar a forma empregada pelo interessado e cobrar o imposto sobre doação?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Tributário - Valor: 50 pontos

Discorra sobre competência e capacidade tributária.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA

BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E DE
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 03/04/2005 Ponto sorteado: nº 01

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

Discorra sobre a atuação do Ministério Público nas ações civis públicas movidas contra Governador e Prefeito por improbidade administrativa.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

Fale sobre o Ministério Público e a investigação criminal.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!